

2014

BALANÇO PATRIMONIAL - IDG	pág. 04
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - IDG	pág. 05
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA (RAI) - IDG	pág. 07

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
			(não auditado)				(não auditado)
Recursos Vinculados a Projetos	4	7.633.517	2.906.600	Fornecedores e outras contas a pagar		386.733	-
Outros Créditos		154.755	-	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.880.696	22.145
Despesas antecipadas		84.790	12.301	Obrigações Tributárias		362.716	4.799
Total do ativo circulante		7.873.062	2.918.901	Projetos a Executar	6	5.209.469	2.891.956
				Adiantamentos		33.448	-
Imobilizado	5	650.690	2.049	Total do passivo circulante		7.873.062	2.918.901
Intangível	5	67.971	-				
Total do ativo não circulante		718.661	2.049	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6	718.661	2.049
				Total do passivo não circulante		718.661	2.049
				Patrimônio líquido	10		
				Superávit/Déficit Acumulados		-	-
				Superávit/Déficit do Exercício		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo		8.591.723	2.920.950	Total do passivo e patrimônio líquido		8.591.723	2.920.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2014	2013 (não auditado)
Receitas com restrições			
Recursos governamentais – contrato de gestão		23.377.250	95.060
Doações incondicionais		2.660	4.500
Venda de ingressos		470.032	
Locação de espaços		14.875	
Eventos e Restaurantes		43.949	
Financeiras	6	294.739	
Gratuidades - Parcerias Institucionais	15	6.482.645	
Outras		30.070	
Total das Receitas	11	30.716.220	99.560
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	12	(12.713.835)	(83.424)
Serviços prestados por terceiros	13	(5.667.087)	(5.000)
Energia elétrica e telecomunicações		(475.150)	
Gerais e administrativas	14	(5.212.580)	(9.865)
Impostos, taxas e contribuições		(1.867)	(394)
Financeiras		(106.561)	(877)
Depreciação e Amortização		(56.495)	-
Gratuidades - Parcerias Institucionais	15	(6.482.645)	-
Total das Despesas		(30.716.220)	(99.560)
(Déficit)/ superávit do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	2014	2013 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	56.495	-
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos Vinculados a Projetos	(4.726.917)	(2.906.600)
Contas a Receber	-	-
Outros créditos	(154.755)	-
Despesas antecipadas	(72.489)	(12.301)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	386.733	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.858.551	22.145
Obrigações Tributárias	357.917	4.799
Projetos a Executar	2.317.513	2.891.956
Adiantamentos	33.448	-
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	716.612	2.049
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	773.107	2.049
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(773.107)	(2.049)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(773.107)	(2.049)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	0	(0)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel	55 (21) 3515-9400
Fax	55 (21) 3515-9000
Internet	www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

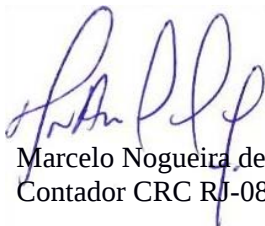
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as mesmas.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
			(não auditado)				(não auditado)
Recursos Vinculados a Projetos	4	7.633.517	2.906.600	Fornecedores e outras contas a pagar		386.733	-
Outros Créditos		154.755	-	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.880.696	22.145
Despesas antecipadas		84.790	12.301	Obrigações Tributárias		362.716	4.799
Total do ativo circulante		7.873.062	2.918.901	Projetos a Executar	6	5.209.469	2.891.956
				Adiantamentos		33.448	-
Imobilizado	5	650.690	2.049	Total do passivo circulante		7.873.062	2.918.901
Intangível	5	67.971	-				
Total do ativo não circulante		718.661	2.049	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6	718.661	2.049
				Total do passivo não circulante		718.661	2.049
				Patrimônio líquido	10		
				Superávit/Déficit Acumulados		-	-
				Superávit/Déficit do Exercício		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo		8.591.723	2.920.950	Total do passivo e patrimônio líquido		8.591.723	2.920.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2014	2013 (não auditado)
Receitas com restrições			
Recursos governamentais – contrato de gestão		23.377.250	95.060
Doações incondicionais		2.660	4.500
Venda de ingressos		470.032	
Locação de espaços		14.875	
Eventos e Restaurantes		43.949	
Financeiras	6	294.739	
Gratuidades - Parcerias Institucionais	15	6.482.645	
Outras		30.070	
Total das Receitas	11	30.716.220	99.560
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	12	(12.713.835)	(83.424)
Serviços prestados por terceiros	13	(5.667.087)	(5.000)
Energia elétrica e telecomunicações		(475.150)	
Gerais e administrativas	14	(5.212.580)	(9.865)
Impostos, taxas e contribuições		(1.867)	(394)
Financeiras		(106.561)	(877)
Depreciação e Amortização		(56.495)	-
Gratuidades - Parcerias Institucionais	15	(6.482.645)	-
Total das Despesas		(30.716.220)	(99.560)
(Déficit)/ superávit do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	2014	2013 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	56.495	-
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos Vinculados a Projetos	(4.726.917)	(2.906.600)
Contas a Receber	-	-
Outros créditos	(154.755)	-
Despesas antecipadas	(72.489)	(12.301)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	386.733	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.858.551	22.145
Obrigações Tributárias	357.917	4.799
Projetos a Executar	2.317.513	2.891.956
Adiantamentos	33.448	-
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	716.612	2.049
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	773.107	2.049
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(773.107)	(2.049)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(773.107)	(2.049)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	0	(0)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão (“Entidade”) é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, pelos Governos dos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, cultural, ambiental e econômico da sociedade.

Vide dados sobre os contratos de gestão na Nota Explicativa nº 6.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados referentes ao Contrato de Gestão, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo de recursos vinculados a projetos e um passivo circulante, no mesmo montante, de projetos vinculados a executar.
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de telecomunicações	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Instrumentos Musicais	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva

indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões e passivos circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve atividade de trabalho voluntário.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2014	2013
		(não auditado)
Caixa	21.054	110
Banco conta movimento	285.395	2.906.490
Aplicações financeiras	<u>7.327.068</u>	<u>-</u>
	<u>7.633.517</u>	<u>2.906.600</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa Certificado de Depósito Interbancário - CDI com variação entre 95% a 99% durante os exercícios de 2014 e 2013.

5 Ativo imobilizado e Intangível

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Amortização acumulada	2014	2013 (não auditado)
Instalações	20%	12.808	(956)	11.852	-
Máquinas e Equipamentos	20%	166.655	(6.945)	159.710	2.049
Móveis e Utensílios	10%	81.510	(4.471)	77.039	-
Equipamentos e Proc. de Dados	10%	404.900	(34.141)	370.759	-
Equipamentos de Telefonia	20%	13.639	(1.226)	12.413	-
Instrumentos Musicais	20%	22.700	(3.783)	18.917	-
		<u>702.212</u>	<u>(51.522)</u>	<u>650.690</u>	<u>2.049</u>
Intangível		<u>72.944</u>	<u>(4.973)</u>	<u>67.971</u>	<u>-</u>
		<u>72.944</u>	<u>(4.973)</u>	<u>67.971</u>	<u>-</u>

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013 (não auditado)
Movimentação do custo				
Máquinas e Equipamentos	<u>-</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>2.049</u>
	<u>-</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>2.049</u>
Movimentação da depreciação				
Máquinas e Equipamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo líquido	<u>-</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>2.049</u>

IMOBILIZADO

Movimentação do custo	Saldo em 31/12/2013 (não auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Instalações	-	12.808	-	12.808
Máquinas e Equipamentos	2.049	164.606	-	166.655
Móveis e Utensílios	-	81.510	-	81.510
Equipamentos e Proc. De Dados	-	404.900	-	404.900
Equipamentos de Telefonia	-	13.639	-	13.639
Instrumentos Musicais	-	22.700	-	22.700
	<u>2.049</u>	<u>700.163</u>	<u>-</u>	<u>702.212</u>
Movimentação da Depreciação				
Instalações	-	(956)		(956)
Máquinas e Equipamentos	-	(6.945)		(6.945)
Móveis e Utensílios	-	(4.471)		(4.471)
Equipamentos e Proc. De Dados	-	(34.141)		(34.141)
Equipamentos de Telefonia	-	(1.226)		(1.226)
Instrumentos Musicais	-	(3.783)		(3.783)
	<u>-</u>	<u>(51.522)</u>	<u>-</u>	<u>(51.522)</u>
Saldo líquido Imobilizado	<u>2.049</u>	<u>648.641</u>	<u>-</u>	<u>650.690</u>

INTANGÍVEL

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Intangível	-			
	<u>-</u>	<u>72.944</u>	<u>-</u>	<u>72.944</u>
Movimentação da amortização				
Intangível		(4.973)		(4.973)
	<u>-</u>	<u>(4.973)</u>	<u>-</u>	<u>(4.973)</u>
Saldo líquido	<u>-</u>	<u>67.971</u>	<u>-</u>	<u>67.971</u>

6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 2013 (não auditado)	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e Gratuidades	Receitas Financeiras	Consumo e imobilizações	Gratuidades	Saldos em 2014
IDG RIO							
Contrato de Gestão Bibliotecas	-	18.256.320	6.537.934	143.964	(14.906.599)	(6.482.645)	3.548.974
IDG RIO	<u>-</u>	<u>18.256.320</u>	<u>6.537.934</u>	<u>143.964</u>	<u>(14.906.599)</u>	<u>(6.482.645)</u>	<u>3.548.974</u>
IDG RECIFE							
Contrato de Gestão Academia	356.000	1.450.825	-	4.423	(1.776.467)	-	34.781
Contrato de Gestão Paço	2.535.956	1.838.435	271.813	81.171	(4.085.210)	-	642.165
Contrato de Gestão Parque	-	1.365.809	1.600	17.632	(792.640)	-	592.401
Contrato de Gestão Caes	-	3.499.985	232.884	47.549	(3.389.271)	-	391.147
IDG RECIFE	<u>2.891.956</u>	<u>8.155.054</u>	<u>506.297</u>	<u>150.775</u>	<u>(10.043.588)</u>	<u>-</u>	<u>1.660.494</u>
Projetos a executar	<u>2.891.956</u>	<u>26.411.374</u>	<u>7.044.231</u>	<u>294.739</u>	<u>(24.950.187)</u>	<u>(6.482.645)</u>	<u>5.209.469</u>

- Valores recebidos/repasses: referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- Receitas Financeiras: referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar
- Consumo e imobilizações: referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Contratos de Gestão/Convênios

- **IDG – Recife**

Contrato de Gestão – Paço do Frevo

Contrato de Gestão – 294/2013

Em 14 de novembro de 2013, a Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 294/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 anos, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Paço do Frevo.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 9.771.242 que será recebida da seguinte forma:

Exercícios:

2014 – R\$ 5.233.477

2015 – R\$ 4.537.765

Contrato de Patrocínio – 1318/2014 – CANTATA DO PAÇO

Em 16 de dezembro de 2014, a Instituto firmou Contrato de Patrocínio de nº 1318/2014 com a Fundação de Cultura do Recife, pelo período de 180 dias a partir de 21 de dezembro de 2014. Durante o período do contrato, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados a realização do evento **Cantata do Paço**.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Patrocínio, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 120.000 que será recebida da seguinte forma:

2014 – R\$ 60.000

2015 – R\$ 60.000

Contrato de Gestão – Academias

Contrato de Gestão – 361/2013

Em 16 de dezembro de 2013, a Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 361/2013 com o Município de Recife, pelo período de 12 meses, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades a serem desenvolvidos nas **Academias**.

No mês de fevereiro de 2014, foi celebrado o encerramento do Contrato de Gestão 361/2013.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 1.871.044 que será recebida da seguinte forma:

2014 – R\$ 1.706.044

2015 – R\$ 165.000

Convênio – Cais do Sertão

Convênio – 001/2014

Em 05 de abril de 2014, a Instituto firmou Convênio de nº 001/2014 com o Governo do Estado de Pernambuco, pelo período de 09 meses, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do convênio, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no **Cais do Sertão**.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Convênio, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 3.500.000 que será recebida da seguinte forma:

2014 – R\$ 3.500.00

Contrato de Gestão – Parques

Contrato de Gestão – 127/2014

Em 29 de abril de 2014, a Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 127/2014 com o Município de Recife, pelo período de 02 anos, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nos **Parques Santana e Urbano da Macaxeira**.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 5.463.234 que será recebida da seguinte forma:

2014 – R\$ 2.731.617

2015 – R\$ 2.731.617

- **IDG – Rio de Janeiro**

Contrato de Gestão – Bibliotecas

Contrato de Gestão – 002/2013

Em 30 de dezembro de 2013, a Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 002/2013 com o Estado Rio de Janeiro, pelo período de 05 anos, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo

Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nas Bibliotecas Pública do Estado, Bibliotecas Parques de Niterói, de Manguinhos e da Rocinha. Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pelos órgãos contratantes. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão/Convênios são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

7 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2014	2013 (não auditado)
Salários a Pagar	557.185	-
Provisão de Férias e Encargos	853.796	6.040
Autônomos a Pagar	37.792	-
Rescisão a Pagar	1.298	-
Outras Obrigações Trabalhistas	73.720	-
INSS a Recolher	259.105	12.842
FGTS a Recolher	76.003	2.900
Contr. Sindical a recolher	12.808	-
PIS s/ Salários a Recolher	8.989	363
	<u>1.880.696</u>	<u>22.145</u>

8 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade não era parte em nenhuma ação judicial ou administrativa.

9 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio dos Estados, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

11 Receitas operacionais - contrato de gestão

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
		(não auditado)
Recursos governamentais – contrato de gestão	23.377.250	95.060
Doações incondicionais	2.660	4.500
Venda de ingressos	470.032	-
Locação de espaços	14.875	-
Eventos e Restaurantes	43.949	-
Financeiras	294.739	-
Gratuidades - Parcerias Institucionais	6.482.645	-
Outras	<u>30.070</u>	<u>-</u>
	<u>30.716.220</u>	<u>99.560</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros, e (v) parcerias institucionais.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

12 Despesas com pessoal

	2014	2013 (não auditado)
Salários	6.985.211	54.764
Encargos Sociais	2.513.154	17.706
Benefícios	1.615.406	1.603
Férias e 13o Salário	1.363.435	9.351
Outras com pessoal	<u>236.629</u>	<u>-</u>
	<u><u>12.713.835</u></u>	<u><u>83.424</u></u>

13 Prestadores de serviços

	2014	2013 (não auditado)
Contabilidade	121.710	
Jurídico	208.817	
Consultoria	10.160	5.000
Assessoria	70.500	
Manutenção	2.532.754	
Limpeza	227.183	
Segurança	553.921	
Entregas	5.486	
Informática	42.055	
Equipe Mont e Desmontagem	19.950	
Confecção de Vestuário	10.300	
Bombeiros	51.606	
Criação Gráfica	4.865	
Sonorização	2.710	
Controle de Pragas	8.370	
Organização Evento	1.067.642	
Formadores Musicais	23.900	
Outros Serviços tomados	22.147	
Administração/RH	216.059	
Coordenação	220.738	
Curadoria	232.400	
Palestrante	<u>13.814</u>	<u>-</u>
	<u><u>5.667.087</u></u>	<u><u>5.000</u></u>

14 Gerais e administrativas

	2014	2013 (não auditado)
Viagens	223.289	1497
Ocupação	259.770	
Despesas com veículo	11.318	
Despesas Administrativas	3.509.464	8368
Marketing/captação de recursos	491.358	
Tecnologia	422.813	
Programa Cultural	247.970	
Programa Educativo	46.598	
	<u>5.212.580</u>	<u>9.865</u>

15 Parcerias Institucionais

	2014	2013 (não auditado)
100 anos Vinícius de Moraes	1.202.000	-
Cine manguinhos	1.073.455	-
ArteVida	544.490	-
Waly Salomão	200.000	-
Palavralab - Favela Criativa	3.462.700	-
	<u>6.482.645</u>	<u>-</u>

16 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e

minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 1.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014.

17 Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros.

18 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2014 e 2013, caso a obrigação fosse devida. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 1.196.065 em 2014 (R\$ 4.753(*) em 2013) ; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Folpag apropriado) R\$ 818.498 em 2014 (R\$ 3.271 (*) em 2013) ; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 0,00 em 2014 (R\$ 0,00 (*) em 2013). Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

(*) valores não auditados

* * *

Pedro Sotero de Albuquerque
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3